

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Processo: _____

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico, na forma do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

Objeto: Eventual contratação de empresa para construção de castelos d'água em Parintins/AM – Zona Urbana e Rural, em lotes, adotando-se o critério de menor preço unitário, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Unidade Requisitante: Prefeitura Municipal de Parintins.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade da Administração Pública Municipal quanto à eventual contratação de empresa especializada para a construção de castelos d'água, abrangendo a Zona Urbana e Rural do Município de Parintins/AM, com vistas a ampliar e fortalecer a infraestrutura de abastecimento de água destinada à população.

1.2. A demanda justifica-se pela essencialidade da ampliação e melhoria dos sistemas de reservação e distribuição de água, garantindo condições adequadas de fornecimento contínuo, segurança hídrica, higiene, acessibilidade e conforto para os usuários. Com isso, assegura-se a eficiência dos serviços públicos oferecidos à coletividade, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

1.3. A Administração não dispõe de equipe técnica suficiente e qualificada para execução direta das obras de engenharia necessárias à implantação de castelos d'água, não sendo atividade típica da estrutura funcional da Administração Direta. Por esse motivo, a contratação de empresa especializada configura-se como a alternativa mais viável, permitindo agilidade, qualidade e redução de custos operacionais.

1.4. A contratação permitirá a execução de serviços de fundação, estruturas em concreto armado, reservatórios elevados, instalações hidráulicas, bem como obras complementares e de acabamento, conforme os projetos técnicos elaborados. Dessa forma, contribuirá para a ampliação da capacidade de reservação de água, melhoria do abastecimento público e continuidade da prestação de serviços essenciais à população.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Para a execução do serviço de construção de castelos d'água, abrangendo a Zona Urbana e Rural do Município de Parintins/AM, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, administrativos e operacionais:

2.2. Requisitos técnicos

2.2.1. Execução dos Serviços:

a) Construção de castelos d'água com capacidades de 5.000 L, 10.000 L e 20.000 L, conforme projetos e especificações técnicas, incluindo:

- Fundações;
- Estruturas em concreto armado;
- Reservatórios elevados;
- Instalações hidráulicas e elétricas;
- Obras complementares e de acabamento.

b) Utilização de materiais e técnicas construtivas que atendam às normas da ABNT, aos regulamentos de engenharia e às boas práticas de construção civil;

c) Execução realizada por profissionais habilitados, com responsabilidade técnica registrada no CREA, assegurando qualidade, segurança e conformidade legal;

d) Garantia de execução segundo cronograma físico-financeiro, respeitando prazos e etapas definidas no contrato.

2.2.2. Infraestrutura Operacional Mínima Exigida:

a) Depósito local com estoque mínimo de materiais essenciais, garantindo agilidade na execução.

2.2.3. Documentação Técnica:

a) Relatórios mensais detalhados de serviços executados, incluindo medições, registros fotográficos e evolução das etapas da obra;

b) Emissão de ART para todas as etapas da construção, conforme exigência legal;

c) Planilhas e medições detalhadas para acompanhamento da execução físico-financeira.

2.3. Requisitos administrativos

2.3.1. Experiência e Qualificações

a) Experiência comprovada na execução de obras de infraestrutura hidráulica, reservatórios e estruturas elevadas;

b) Licenças e certificações necessárias, incluindo registro ativo no CREA da empresa e do responsável técnico;

c) Disponibilidade de profissionais capacitados e especializados para todas as fases da obra.

2.3.2. Garantias e Manutenção:

a) Garantia técnica para todos os serviços e materiais fornecidos;

b) Disponibilização de plano de manutenção preventiva e corretiva pós-construção, quando aplicável.

2.3.3. Segurança e Compliance:

a) Cumprimento integral das normas de segurança do trabalho, regulamentações locais e nacionais;

b) Implementação de medidas para minimizar impactos ambientais, garantindo proteção de trabalhadores e entorno da obra.

2.3.4. Prazo de Execução:

a) Cronograma detalhado, prevendo todas as etapas da construção;

b) Cumprimento rigoroso do prazo estipulado em contrato, com penalidades para atrasos não justificados.

2.4. Requisitos legais

2.4.1. Observância integral à Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação pública.

2.4.2. Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa.

2.4.3. Tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas (ME e EPP), conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Requisitos financeiros

2.5.1. **Proposta Comercial:**

a) A(s) proposta(s) de preço(s) deverá(ão) contemplar os seguintes documentos:

- **Carta proposta**, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;

- **Planilha orçamentária**, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração (ANEXO);

- **Composição de custos unitários e composições auxiliares** de todos os serviços presentes na planilha orçamentária, em conformidade com a COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS E COMPOSIÇÕES AUXILIARES apresentados neste processo licitatório, demonstrando todo o consumo e índices de produtividades dos insumos envolvidos em cada atividade a ser executada. Como complemento, as composições onde os serviços são estritamente específicos, gerados através das pesquisas de mercado ou definição através da variação de fornecedor(es) (sem deixar de se cumprir fielmente o projeto e, em observância ao princípio da economicidade e competitividade), o detalhamento da composição foi definida com os insumos e mão de obra base, com o maior grau possível de detalhamento, conforme descrito no MATERIAL COMPLEMENTAR ORÇAMENTÁRIO.

- **Cronograma físico-financeiro**, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;

- **Composição de BDI**, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelos do ANEXO – TAXA DE BDI REFERENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO e TAXA DE BDI ESPECÍFICO DA ADMINISTRAÇÃO. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;

- **Composição de Encargos Sociais.**

b) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

c) O Pregão Eletrônico será realizado em item único, sendo apurado o valor da proposta por meio da tabela denominada Planilha Orçamentária, que deverá ser disponibilizada em formato .docx ou .xlsx, devendo o licitante oferecer proposta na forma indicada.

d) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

e) Será (ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) após a fase de lances:

- Propostas que ultrapassem os preços unitários e o valor global estimados no presente Projeto Básico;

- Propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;

- Propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado conforme valor total previsto;

- Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Projeto;

- Formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo oclusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório;

- Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital; e

- Contiverem vícios insanáveis.

f) Estarão disponíveis na comissão de licitação os arquivos digitais contendo o conjunto de projetos de engenharia e arquitetura, bem como especificações técnicas e planilhas para o objeto desta licitação.

g) Será exigida a garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 75% (oitenta e cinco por cento) do valor previsto, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/21.

h) As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

i) O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.

j) Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

2.5. Sustentabilidade

a) Execução da obra observando práticas sustentáveis, em conformidade com:

- Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

- Lei nº 14.133/2021 (responsabilidade socioambiental).

b) Minimização de impactos ambientais, uso racional de recursos naturais (água, energia e materiais) e destinação correta de resíduos;

c) Gestão de resíduos da construção civil, priorizando reaproveitamento e reciclagem, com apresentação do PGRCC, quando aplicável;

d) Eficiência energética e hídrica em equipamentos e soluções aplicadas;

e) Medidas de redução de emissões, poeira e ruídos, conforme normas ambientais;

f) Capacitação da equipe sobre práticas ambientais e segurança;

g) Incentivo à contratação de mão de obra local;

h) Descumprimento de critérios de sustentabilidade poderá gerar sanções previstas em contrato.

2.6. Subcontratação

2.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto deste ETP.

2.7. Garantia da contratação

2.7.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021, exceto se estipulado em edital ou contrato específico.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. A construção de castelos d'água no Município de Parintins/AM enfrenta desafios relevantes, especialmente relacionados à limitação da capacidade de reserva existente, à necessidade de ampliação do abastecimento de água e à escassez de recursos humanos e materiais especializados na Administração Municipal. A ausência de infraestrutura adequada compromete a regularidade do fornecimento de água potável, impactando diretamente a prestação de serviços essenciais à população, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

3.2. Para mitigar esses problemas e garantir o pleno funcionamento do abastecimento público, a equipe técnica identificou a necessidade de contratação de empresa especializada para a construção de castelos d'água, com capacidades de 5.000 L, 10.000 L e 20.000 L, abrangendo toda a área urbana e rural do município. Essa contratação visa:

3.2.1. Conservação do Patrimônio Público:

– Garantir a capacidade adequada de reserva, evitando racionamentos e interrupções no fornecimento de água.

3.2.2. Continuidade dos Serviços Públicos:

– Assegurar que a população tenha acesso contínuo a água potável, promovendo saúde, higiene e bem-estar.

3.2.3. Redução de Custos Operacionais:

– Castelos adequadamente dimensionados e construídos reduzem falhas estruturais, evitando reparos emergenciais e otimizando os recursos públicos.

3.2.4. Conformidade Técnica e Legal:

– Garantir que as obras atendam às normas de segurança, engenharia, acessibilidade e qualidade exigidas pelos órgãos de controle e fiscalização.

3.3. Dentre as alternativas avaliadas pela Administração para suprir essa necessidade, destacam-se:

3.3.1. Contratação de empresa especializada:

Descrição: Contratação de empresa para executar a construção de castelos d'água, sendo **30 unidades de 5.000 L, 20 unidades de 10.000 L e 10 unidades de 20.000 L**, incluindo fundações, estruturas em concreto armado, reservatórios elevados, instalações hidráulicas e elétricas, e demais obras complementares.

Vantagens:

- a) Execução profissional e padronizada, com cumprimento das normas técnicas;
- b) Maior agilidade e segurança na entrega das obras;
- c) Garantia da qualidade estrutural e durabilidade dos reservatórios;
- d) Redução de riscos de falhas e de custos futuros com manutenção corretiva.

Desvantagens:

- a) Exige acompanhamento técnico rigoroso por parte da fiscalização municipal para garantir conformidade com projetos e normas.

3.3.2. Execução direta pela Administração:

Descrição: Utilização da equipe da Prefeitura para construção dos castelos d'água.

Vantagens:

- a) Controle direto sobre a execução das obras.

Desvantagens:

- a) Ausência de equipe técnica especializada e limitada estrutura de execução;
- b) Limitações orçamentárias e operacionais dificultam a entrega em tempo hábil;
- c) Risco de execução inadequada, impactando qualidade, segurança e durabilidade das estruturas.

3.4. Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se como a alternativa mais eficiente, econômica e tecnicamente viável, garantindo a execução de obras de alta qualidade e segurança, a construção de castelos d'água com capacidades adequadas de armazenamento de 5.000 L, 10.000 L e 20.000 L, a continuidade do abastecimento público, bem como a conservação do patrimônio público e a otimização dos recursos financeiros e humanos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com geração de Ata com vigência de até 12 (doze) meses, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021. É

admitida a prorrogação da Ata em caráter excepcional, desde que devidamente justificada, garantindo flexibilidade e adequação às necessidades do município.

4.2. A contratação de empresa especializada é a solução mais indicada para a execução das obras de castelos d'água, assegurando a realização das construções conforme os projetos técnicos e especificações normativas, com capacidade de reservatórios de 5.000 L, 10.000 L e 20.000 L. Além disso, essa modalidade permite flexibilidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos, garantindo atendimento adequado às demandas emergenciais e programadas de abastecimento de água.

4.3. A empresa contratada deverá manter a garantia técnica da obra durante toda a vigência do contrato, assumindo a responsabilidade pela execução estrutural, hidráulica e elétrica. Também será responsável pela correção de eventuais falhas ou defeitos detectados, bem como pelo cumprimento do cronograma e dos critérios de sustentabilidade e segurança estabelecidos no contrato.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. Para o presente processo licitatório, a ata de registro de preços contemplará a contratação de 20 (vinte) castelos d'água com capacidade de 5.000 (cinco mil) litros, 20 (vinte) unidades de 10.000 (dez mil) litros e 10 (dez) unidades de 20.000 (vinte mil) litros, totalizando 50 (cinquenta) estruturas

5.2. A quantidade estimada para o presente processo licitatório tem caráter meramente indicativo, não constituindo, em nenhuma hipótese, garantia de faturamento. As quantidades e as condições dos serviços poderão ser ajustadas conforme a demanda real ao longo do período contratual. Esse ajuste é fundamental, pois as necessidades de serviços podem variar ao longo do tempo. Para a definição das estimativas, os quantitativos foram obtidos por meio de levantamento de dados considerando as necessidades anteriores dos serviços a serem executados. Embora tenha havido variações no tipo de serviço prestado, não se observaram grandes flutuações nas quantidades demandadas. Dessa forma, a estimativa apresentada fundamenta-se em uma análise histórica das demandas anteriormente registradas, proporcionando uma previsão mais alinhada à realidade. Ressalta-se, contudo, que tais estimativas permanecem sujeitas a variações conforme a dinâmica da demanda durante a vigência da ata.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor estimado para esta Ata é de R\$ 4.778.053,60 (quatro milhões, setecentos e setenta e oito mil, cinquenta e três reais e sessenta centavos), o qual encontra-se detalhado no Anexo I, deste ETP, de acordo com mapa comparativo de preço.

7. FORMA DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. A presente licitação será realizada na forma de Ata de Registro de Preços (SRP), pelo critério de menor preço unitário por lote, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não se tratando, portanto, de contratação por preço global.

7.2. Os lotes serão definidos conforme a capacidade dos castelos d'água (5.000 L, 10.000 L e 20.000 L), de modo a assegurar ampla competitividade e evitar a concentração do objeto em um único fornecedor, em conformidade com o art. 6º, inciso XL, e com o art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra fundamento nos Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, sendo aplicável a contratações frequentes, eventuais e sob demanda, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com economicidade e eficiência.

7.4. Dessa forma, cada empresa poderá disputar os lotes individualmente, possibilitando que mais de um fornecedor seja contemplado na Ata de Registro de Preços.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A decisão sobre o eventual parcelamento da contratação para a construção de castelos d'água no Município de Parintins/AM fundamenta-se no art. 31, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que prevê que o objeto da contratação deve ser parcelado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, **visando ampliar a competitividade e permitir a participação de um maior número de licitantes.**

8.2. Considerando a diversidade das obras envolvidas – que incluem fundações, estruturas em concreto armado, reservatórios elevados, instalações hidráulicas e elétricas, além de obras complementares – o parcelamento não compromete a viabilidade técnica nem a qualidade da execução. Pelo contrário, possibilita que empresas especializadas em determinadas etapas da construção possam concorrer, aumentando a concorrência e promovendo maior economicidade.

8.3. O fracionamento do objeto em lotes distintos – seja por capacidade dos reservatórios (5.000 L, 10.000 L e 20.000 L) ou por regiões do município (zonas urbana e rural) – permite maior capilaridade na execução, favorecendo a participação de empresas locais ou regionais aptas a atuar em segmentos específicos. Essa estratégia contribui para o desenvolvimento

econômico local e aumenta a eficiência no atendimento às demandas de abastecimento emergenciais e programadas.

8.4. A Administração assegura que o parcelamento será realizado de forma justificada e planejada, de modo a não comprometer a coordenação geral da execução das obras, evitando sobreposição de escopos e garantindo o controle e a fiscalização integrados de todos os lotes.

8.5. Dessa forma, a opção pelo parcelamento do objeto está alinhada aos princípios da ampla competitividade, economicidade, eficiência e interesse público, em conformidade com os artigos 11 e 31 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução das etapas contratadas e a apresentação da respectiva Nota Fiscal, acompanhada dos documentos exigidos, mediante ordem de fornecimento ou execução emitida com base no contrato administrativo.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes para a execução das obras de construção de castelos d'água no Município de Parintins/AM. A contratação visa exclusivamente a execução das obras, não necessitando de serviços complementares ou relacionados para garantir sua implementação.

9.2. Todas as etapas das obras serão realizadas de forma integrada pela empresa contratada, sem a necessidade de vínculos com outros serviços externos. A execução completa das atividades é autossuficiente dentro do escopo da contratação, utilizando os recursos próprios da empresa, sem dependência de outras contratações para seu cumprimento.

10. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. O processo licitatório para a construção dos castelos d'água está alinhado com o Plano Plurianual da Prefeitura Municipal de Parintins para o exercício financeiro atual, garantindo que a seleção do objeto atenda às diretrizes estratégicas e às metas de abastecimento de água. A decisão foi fundamentada de acordo com as necessidades identificadas pela Prefeitura Municipal de Parintins, considerando a capacidade atual de reservação e a expansão prevista, com base em análises técnicas e histórico de demandas da população, podendo haver ajustes conforme as necessidades específicas durante a execução do contrato.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A Prefeitura Municipal de Parintins tem como objetivo garantir o abastecimento contínuo de água potável à população, aprimorando a infraestrutura de reservação por meio da

construção de castelos d'água com capacidades de 5.000 L, 10.000 L e 20.000 L, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município.

11.2. A presente contratação busca alcançar os seguintes resultados:

- a) Ampliação e adequação da capacidade de armazenamento de água;
- b) Garantia da continuidade e regularidade do abastecimento público;
- c) Conservação e valorização do patrimônio público;
- d) Otimização dos recursos financeiros e operacionais da Administração;
- e) Redução de custos com reparos emergenciais e manutenção corretiva;
- f) Maior segurança e confiabilidade na operação dos sistemas de água.

11.3. A construção adequada dos castelos d'água contribuirá diretamente para a eficiência da gestão do abastecimento público, a preservação do patrimônio estrutural e a melhoria da qualidade de vida da população, refletindo na segurança hídrica, atendimento à legislação vigente e planejamento eficiente dos investimentos públicos.

11.4. Tais objetivos estão alinhados à missão da Prefeitura de Parintins de promover uma administração responsável, eficiente e voltada ao bem-estar da população.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Definição do Escopo e Planejamento Detalhado: Estabelecer claramente os serviços a serem executados, incluindo fundações, estruturas de concreto armado, reservatórios, instalações hidráulicas e elétricas, cronograma de execução e os recursos necessários, como materiais, equipamentos e mão de obra especializada.

12.2. Acompanhamento e Fiscalização da Execução: Designar equipe técnica responsável pela fiscalização das obras, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme o contrato, com qualidade, segurança e dentro dos prazos estipulados.

12.3. Comunicação e Conscientização Pública: Informar à população sobre a execução das obras, reforçando os benefícios do aumento da capacidade de abastecimento de água e promovendo conscientização sobre o uso racional do recurso.

12.4. Avaliação e Relatórios de Desempenho: Após cada etapa da construção, realizar avaliação da execução, elaborando relatórios técnicos que identifiquem possíveis ajustes, melhorias ou ações corretivas para futuras obras de infraestrutura hídrica.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A construção dos castelos d'água, embora essencial para garantir abastecimento de água e saúde pública, pode gerar impactos ambientais que devem ser identificados e mitigados para assegurar execução sustentável.

13.1.1. Alterações no Terreno e Estrutura: Escavações e fundações podem impactar o solo e a vegetação local.

Mitigação: Avaliação prévia do terreno, minimização da movimentação de solo e destinação correta de resíduos.

13.1.2. Consumo de Recursos Naturais e Geração de Resíduos: Uso de materiais de construção, água e energia, além de resíduos sólidos.

Mitigação: Priorizar materiais sustentáveis, recicláveis ou reutilizáveis, aplicando Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).

13.1.3. Impactos sobre Fauna e Flora: Obras próximas a áreas verdes podem afetar espécies locais.

Mitigação: Delimitar áreas de intervenção, realizar inspeções ambientais e adotar medidas de preservação ou relocação quando necessário.

13.1.4. Impacto Visual e Estético Temporário: Andaimos e materiais podem comprometer a paisagem.

Mitigação: Organizar canteiros de obras com sinalização e armazenamento ordenado.

13.1.5. Emissão de Ruídos e Vibrações: Equipamentos pesados geram ruídos e vibrações.

Mitigação: Executar atividades ruidosas em horários comerciais, comunicando previamente à comunidade e priorizando equipamentos com menor emissão sonora.

13.1.6. Contaminação de Recursos Hídricos: Risco de poluição por resíduos líquidos ou produtos químicos.

Mitigação: Barreiras de contenção, armazenamento seguro de substâncias químicas e descarte adequado de efluentes.

13.2. A adoção de práticas sustentáveis e gestão adequada dos resíduos e recursos garantirá que os resultados da construção sejam alcançados com o mínimo impacto ambiental, promovendo responsabilidade socioambiental.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. O processo de contratação de empresa especializada para construção dos castelos d'água é considerado viável e razoável, conforme os fundamentos legais da Lei nº 14.133/2021:

a) A contratação está alinhada com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, publicidade e interesse público, representando a melhor alternativa para atender à demanda de abastecimento hídrico da população de Parintins/AM.

b) Garante a seleção da proposta mais vantajosa, considerando durabilidade, segurança e qualidade das obras, assegurando eficácia na entrega dos castelos d'água.

c) O levantamento de mercado evidenciou que os preços estimados são compatíveis com os valores praticados, proporcionando contratação economicamente viável e competitiva.

d) O planejamento da contratação inclui estudo técnico detalhado, demonstrando a necessidade da obra, seu impacto positivo na saúde pública e a otimização dos recursos públicos.

e) A descrição da necessidade da contratação é fundamentada profissionalmente, apresentando a solução mais adequada em termos técnicos e econômicos, garantindo eficiência na execução das obras.

f) Todos os impactos ambientais potenciais foram avaliados, com medidas mitigadoras definidas, assegurando sustentabilidade e cumprimento das normas ambientais.

g) O processo observa tratamento isonômico e garantia de competitividade entre os licitantes, promovendo participação equitativa e integridade do certame.

h) Em conclusão, todos os aspectos técnicos, mercadológicos, econômicos e de gestão foram considerados, confirmando a viabilidade e razoabilidade da contratação da construção dos castelos d'água de 5.000 L, 10.000 L e 20.000 L, alinhada à Lei nº 14.133/2021

ANEXOS DO ETP:

- Anexo I – Planilhas de Valor.

Parintins/Am, 02 de setembro de 2025.



ANEXO 1: PLANILHA DE VALOR

Obra

Construção de castelos d'água em Parintins/AM –
Zona Urbana e Rural

Bancos

SINAPI - 06/2025 - Amazonas
SBC - 07/2025 - Amazonas
ORSE - 05/2025 - Sergipe

B.D.I.

23,28%

Encargos Sociais

Desonerado: embutido nos preços
unitário dos insumos de mão de obra,
de acordo com as bases.

Orçamento Base

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1	CONSTRUÇÃO DE CASTELO D'ÁGUA COM ESTRUTURA METÁLICA PARA RESERVATÓRIO DE 5000 L	UN	30	42453,54	52334,76	1570042,8
2	CONSTRUÇÃO DE CASTELO D'ÁGUA COM ESTRUTURA METÁLICA PARA RESERVATÓRIO DE 10.000 L	UN	20	69222,93	85334,18	1706683,6
3	CONSTRUÇÃO DE CASTELO D'ÁGUA COM ESTRUTURA METÁLICA PARA RESERVATÓRIO DE 20.000 L L	UN	10	121788,07	150132,72	1501327,2

Total Geral R\$ 4.778.053,60